



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora
Núcleo CCJR
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

CTJ
Fis. 15
18

Parecer n.º 392/2021/CCJR

Referente ao Projeto de Lei n.º 16/2020 que “Torna obrigatória à sinalização, por placas indicativas de radares, no âmbito do Estado de Mato Grosso, na forma que especifica.”.

Autor: Deputado Dilmar Dal Bosco.

Relator (a): Deputado (a)

Wilson Santos

I – Relatório

A presente iniciativa foi recebida e registrada pela Secretaria de Serviços Legislativos no dia 09/01/2020, sendo colocada em segunda pauta no dia 02/09/2020, tendo seu devido cumprimento no dia 09/09/2019, após foi encaminhada para esta Comissão na mesma data, tudo conforme as folhas n.º 02 e 15/verso.

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei n.º 16/2020, de autoria do Deputado Dilmar Dal Bosco, conforme ementa acima. No âmbito desta Comissão, esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas e/ou substitutivos.

De acordo com o projeto em referência, tal propositura visa obrigar sinalização, por placas indicativas de radares, no âmbito do Estado de Mato Grosso, na forma que especifica.

O Autor apresenta a seguinte justificativa ao Projeto de Lei:

“Os radares devem ter caráter educativo e preventivo, assim para atingir tal finalidade, devem ter uma sinalização apropriada para que o motorista possa ser devidamente orientado.

A presente proposta vem ao encontro da segurança no trânsito, visando que toda fiscalização eletrônica por meio de radares móveis nas rodovias estaduais sejam precedidas de placas de sinalização, de forma a orientar os motoristas em primeiro lugar, e punir como consequência.

No Brasil um dos métodos mais comuns de aplicação de multas de trânsito é por meio de radares de velocidade. Muitos aparelhos encontram-se instalados em locais escondidos e sem qualquer sinalização, tornando-se uma armadilha aos condutores, trata-se de uma fiscalização abusiva e prejudicial à população.

A sinalização prévia garante a visibilidade dos equipamentos de fiscalização, além de evitar acidentes nas rodovias estaduais.



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



Ressalta-se que o art. 23, inciso XII, da CF, determina que o Estado-membro tem a competência material concorrente ao estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito, a sinalização dos radares encontra-se no campo da educação para segurança no trânsito e, portanto trata-se de matéria cuja iniciativa é permitida ao Legislativo.

Ante ao exposto, submeto aos nobres pares a presente proposta e solicito o devido apoio para sua análise e aprovação."

Cumprida a primeira pauta, o projeto foi encaminhado à Comissão de Infraestrutura Urbana e de Transporte, tendo sido exarado parecer de mérito favorável à aprovação, o qual foi aprovado em 1.^a votação pelo Plenário desta Casa de Leis no dia 26/08/2020.

Após, a propositura foi encaminhada para esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação para análise e parecer quanto ao aspecto constitucional, legal e jurídico.

É o relatório.

II – Análise

Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR, de acordo com o artigo 36 da Constituição do Estado de Mato Grosso, e artigo 369, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno desta Casa de Leis, opinar quanto ao aspecto constitucional, legal e jurídico sobre todas as proposições oferecidas à deliberação da Casa.

Conforme mencionado, a propositura, em síntese, objetiva brigar sinalização, por placas indicativas de radares, no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Os artigos 1º e 2º da propositura assim dispõem:

Art. 1º Torna obrigatória a sinalização, por placas indicativas, de radares fixos ou móveis nas rodovias estaduais, ou em qualquer outro local que estiverem instalados.

Parágrafo único - A distância estabelecida entre a placa de sinalização até o equipamento de radar deve ser de, no mínimo, 200 (duzentos) metros.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, quando necessário.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

Preliminarmente, ao tentar legislar sobre a obrigatoriedade de sinalização por placas indicativas de radares fixos ou móveis nas rodovias estaduais, bem como apontando a distância entre a placa de sinalização e o equipamento de radar, acaba por adentrar no tema trânsito, cuja



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

CTJ
Fis. 197
Rub. 88

matéria é de competência privativa da União, nos termos do artigo 22, inciso XI, da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

(...)

XI - trânsito e transporte;

Nosso Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 1.592, reconheceu a inconstitucionalidade da Lei Distrital n.º 1.407/1997, que dispõe sobre a colocação de placas de sinalização informando de proibições e restrições ao uso de vias no Distrito Federal, por entender que a matéria era privativa da União em legislar, vejamos:

Ação direta de inconstitucionalidade. Lei n.º 1.407, de 17 de março de 1997, do Distrito Federal.

- A Lei em causa é inconstitucional por invadir a competência privativa da União prevista no artigo 22, XI, da Constituição, inexistindo a autorização por Lei complementar aos Estados aludida no parágrafo único do mesmo dispositivo constitucional. Ação que se julga procedente, para declarar-se a inconstitucionalidade da Lei n.º 1.407, de 17 de março de 1997, do Distrito Federal.

[ADI 1.592, rel. min. Moreira Alves, j. 3-2-2003, P, DJ de 6-10-2006.]

Vale destacar que, a União no âmbito de sua competência legislativa privativa, editou a Lei Federal n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, o famigerado Código de Trânsito Brasileiro, que em seu artigo 7º, criou o Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, com a função de coordenação do Sistema Nacional de Trânsito e órgão máximo normativo e consultivo, sendo vinculado atualmente ao Ministério da Infraestrutura, nos termos do artigo 9º do CTB e Decreto federal n.º 9.676/19.

Assim, a Lei 9.507/1997, em seu artigo 12º, inciso I, atribui ao CONTRAN à competência de estabelecer as normas regulamentares referidas neste Código e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito, a saber:

Art. 12. Compete ao CONTRAN:

I - estabelecer as normas regulamentares referidas neste Código e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito;

Disso resultou, pelo CONTRAN, no âmbito de suas atribuições, a Resolução n.º 396, de 13 de dezembro de 2011, a qual foi alterada pela Resolução n.º 798, de 02 de setembro de 2020, que dispõe sobre os requisitos técnicos mínimos para a fiscalização da velocidade de veículos automotores, reboques e semirreboques, conforme o Código de Trânsito Brasileiro.

Consta na referida Resolução n.º 798/2020, que os radares fixos só podem ser instalados em locais onde houver placas de sinalização indicando o limite máximo de velocidade da via, obedecendo-se às distâncias máximas fixadas na tabela do Anexo IV, podendo ser acrescentadas placas a distâncias menores e devendo ser sinalizado também junto ao medidor FIXO, sendo proibida,



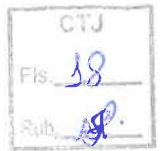
ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



ainda, a utilização de placa temporária e nas vias com duas ou mais faixas de trânsito no mesmo sentido, as placas deverão ser instaladas dos dois lados da via, ou suspensas sobre a pista.

Eis o teor dos artigos 10 e 11:

Art. 10. Os locais em que houver fiscalização de excesso de velocidade por meio de medidores do tipo fixo devem ser precedidos de sinalização com placa R-19, na forma estabelecida nesta Resolução e no Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito - Volume I (MBST-I), de forma a garantir a segurança viária e informar aos condutores dos veículos a velocidade máxima permitida para o local.

§ 1º Onde houver redução de velocidade, deve ser observada a existência de placas R-19, informando a redução gradual do limite de velocidade conforme MBST-I.

§ 2º Deve ser instalada a placa R-19 junto a cada medidor de velocidade do tipo fixo.

Art. 11. As placas de identificação R-19 devem ser posicionadas com distância máxima relativamente aos medidores, na forma estabelecida no ANEXO IV, facultada a repetição da placa em distâncias menores.

§ 1º Em vias com duas ou mais faixas de trânsito por sentido, a sinalização, por meio da placa de regulamentação R-19, deve estar afixada nos dois lados da pista ou suspensa sobre a via, nos termos do MBST-I.

§ 2º Em vias em que haja acesso de veículos por outra via pública, no trecho compreendido entre o acesso e o medidor de velocidade, deve ser acrescida, nesse trecho, sinalização por meio de placa R-19.

§ 3º Para fins de fiscalização do excesso de velocidade, é vedada a utilização de placa R-19 que não seja fixa.

Ademais, na referida Resolução, prevê que os medidores de velocidade do tipo portátil somente poderão ser utilizados em vias com limites maiores de velocidade: igual ou superior que 60 km/h em vias urbanas, em vias rurais com características urbanas e em estradas; e igual ou maior que 80 km/h em rodovias, conforme prevê o artigo 7º:

Art. 7º O uso de medidores do tipo portátil para a fiscalização do excesso de velocidade é restrito às seguintes situações:

I - nas vias urbanas e rurais com características urbanas, quando a velocidade máxima permitida for igual ou superior a 60 km/h (sessenta quilômetros por hora); e

II - nas vias rurais, quando a velocidade máxima permitida for igual ou superior a: a) 80 km/h (oitenta quilômetros por hora), em rodovia; e b) 60 km/h (sessenta quilômetros por hora), em estrada.



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



§ 1º Para utilização do equipamento portátil, deve ser realizado planejamento operacional prévio em trechos ou locais:

I - com potencial ocorrência de acidentes de trânsito;

II - que tenham histórico de acidentes de trânsito que geraram mortes ou lesões; ou

III - em que haja recorrente inobservância dos limites de velocidade previstos para a referida via ou trecho.

§ 2º O órgão ou entidade com circunscrição sobre a via deve mapear e publicar em seu site na rede mundial de computadores relação de trechos ou locais em que está apto a ser fiscalizado o excesso de velocidade por meio de equipamento portátil.

§ 3º Nos locais em que houver instalado medidor de velocidade do tipo fixo, os medidores de velocidade portáteis somente podem ser utilizados a uma distância mínima de:

I - 500 m (quinhentos metros), em vias urbanas e em trechos de vias rurais com características de via urbana; e

II - 2.000 m (dois mil metros), para os demais trechos de vias rurais.

§ 4º Os medidores de velocidade do tipo portátil somente devem ser utilizados por autoridade de trânsito ou seu agente, no exercício regular de suas funções, devidamente uniformizados, em ações de fiscalização, não podendo haver obstrução da visibilidade, do equipamento e de seu operador, por placas, árvores, postes, passarelas, pontes, viadutos, marquises, ou qualquer outra forma que impeça a sua ostensividade.

Pelos dispositivos acima mencionados, resta claro que a matéria já esta regulamentada pelo órgão incumbido pela União, no caso o CONTRAN.

Portanto, considerando que já existe previsão normativa e que não haverá inovação, a proposição contraria o que dispõe a Lei Complementar Estadual n.º 06/1990, que dispõe sobre o processo legislativo, a elaboração, a redação e a consolidação das leis e dá outras providências, prevê no “caput” de seu artigo 18, a necessidade de a lei “regular uma situação nova” ou “suprir lacuna na ordem legal existente”:

Art. 18 Na elaboração de lei cujo propósito seja o de introduzir normas para regular uma situação nova ou para suprir lacuna na ordem legal existente, além da observância às prescrições contidas nas seções anteriores, deve o legislador:

Assim, embora o projeto de lei atenda o interesse público, razão de ser da administração pública, verifica-se que o mesmo sofre vício de inconstitucionalidade formal, faltando competência material para legislar sobre o tema no âmbito estadual, posto que a Constituição Federal prevê ser da competência privativa da União legislar sobre trânsito.

Desta forma, em que pese à relevância da matéria, a mesma fere normas constitucionais, encontrando óbices à sua aprovação.

É o parecer.



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



III – Voto do (a) Relator (a)

Pelas razões expostas, onde se evidencia a **inconstitucionalidade**, voto **contra** a aprovação do Projeto de Lei n.º 16/2020, de autoria do Deputado Dilmar Dal Bosco.

Sala das Comissões, em 18 de 05 de 2021.

IV – Ficha de Votação

Projeto de Lei n.º 16/2020 – Parecer n.º 392/2021
Reunião da Comissão em 18/05/2021
Presidente: Deputado Wilson Santos
Relator (a): Deputado (a) Wilson Santos

Voto Relator (a)
Pelas razões expostas, onde se evidencia a inconstitucionalidade , voto contra a aprovação do Projeto de Lei n.º 16/2020, de autoria do Deputado Dilmar Dal Bosco.

Posição na Comissão	Identificação do (a) Deputado (a)
Relator (a)	
Membros	



ALMT
Assembleia Legislativa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora
Núcleo CCJR
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

CTJ
Fis. 21
Rub. 81

FOLHA DE VOTAÇÃO – SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA

Reunião:	6ª Reunião Ordinária Remota
Data/Horário:	18/05/2021 08h
Proposição:	PROJETO DE LEI n.º 16/2020
Autor:	Deputado Dilmar Dal Bosco

VOTAÇÃO

DEPUTADOS TITULARES	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUSENTE
WILSON SANTOS – Presidente	X			
DR EUGÊNIO – Vice-Presidente	X			
DILMAR DAL BOSCO	X			
JANAINA RIVA				X
SEBASTIÃO REZENDE				X
DEPUTADOS SUPLENTE				
CARLOS AVALONE				
FAISSAL				
EDUARDO BOTELHO				
LUDIO CABRAL				
XUXU DAL MOLIN				
SOMA TOTAL	3	0		2
RESULTADO FINAL: Matéria relatada presencialmente pelo Deputado Wilson Santos, com parecer CONTRÁRIO. Votaram com o relator os Deputados Dr. Eugênio presencialmente e Dilmar Dal Bosco por videoconferência. Ausente o Deputado Sebastião Rezende e Deputada Janaina Riva. Sendo a matéria aprovada com parecer CONTRÁRIO.				

Doninas de Almeida Nunes

Doninas de Almeida Nunes
Consultora Legislativa em exercício – Núcleo CCJR